

# CPI acusa secretário de Saúde do Maranhão

■ Relatório final sobre o desvio de verbas do Inamps aponta os nomes de envolvidos e pede mais investigações à Polícia Federal

BRASÍLIA — A CPI que apurou as irregularidades nos gastos com a Saúde aprovou o relatório do deputado Jackson Pereira (PSDB-CE) solicitando ao Ministério Público da União (MPU) a apresentação de denúncia à Justiça contra o secretário de Saúde do Maranhão, Antônio Joaquim de Araújo Filho. Ele é o dono do Hospital Serviço de Assistência Médica e Hospitalar de Codó, o que é ilegal.

No Rio de Janeiro, a CPI investigou 59 hospitais públicos e privados. Em 18, foram encontradas irregularidades, a maioria decorrente de manipulação de tabela (prestação de um tipo de serviço e cobrança de outro, mais caro) e entre agosto e outubro deste ano foram encaminhados pedidos de ressarcimento.

A pedido da CPI, Antônio Joaquim de Araújo Filho também será investigado pela Polícia Federal pelo desvio de verbas do Sistema Único de Saúde (SUS), junto com seu subsecretário, José Ribamar Santos Bonfim, o funcionário da secretaria

## COBRANÇAS INDEVIDAS

Hospitais	Restituição (em R\$)
Hospital Estadual Santa Maria	11.756,55
Pronto Socorro Mário Miaja	3.136,82
Hospital Universitário Antônio Pedro	9.629,88
Policlínica de Botafogo	8.560,32
Casa de Saúde e Maternidade São José	829,29
Hospital S. A. Médica Fauhlaber	9.276,77
Fundação Clara Basbaum	293,46
Hospital Geral Duque de Caxias	1.017,47
Hospital Infantil Ismaélia Silveira	372,17
Casa de Saúde e Maternidade Campinho	2.161,99
Hospital Municipal Leal Júnior	1.854
Hospital Municipal Armando de Carvalho	969,04
Clínica São Gonçalo	24.323,71
Casa de Saúde e Maternidade Modelo	724,50
Clínica Santa Paula	2.281,79
Casa de Saúde e Maternidade Irajá	3.040,12
Casa de Saúde e Maternidade Menino Jesus	502,29
Casa de Saúde e Maternidade Santa Terezinha	1.059

Ezon Raimundo Bento Ferraz, o diretor do Instituto Oswaldo Cruz do Maranhão, Francisco Muniz e o funcionário da Fundação-Instituto Oswaldo Cruz Cosme de Jesus Chaves. Todos são suspeitos de terem criado e administrado um sistema de *caixinha* para a qual eram destinados 15,5% do faturamento dos hospitais públicos, em troca de notas *frias*.

Pelo menos cinco secretários e ex-secretários de Saúde também foram responsabilizados pela comissão: ex-secretário de Saúde do Piauí Benício Parente de Sampaio, que utilizou recursos dos hospitais para comprar chope, livros, pagar orquestra para animar festa e outros gastos irregulares; o secretário de Saúde de Alagoas, Rosivaldo Queiroz Soares, será responsabilizado por omissão e negligência na administração dos gastos; o ex-secretário de Saúde de Rondônia Victor Sadeck Filho, que deixou de executar obras que seriam contrapartida ao investimento de recursos do SUS.